

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.622.392 - SP (2019/0344163-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ROSITA PERNAS BERNAL SZPEITER
AGRAVANTE : SERGIO SZPEITER
ADVOGADOS : DANIELLA AUGUSTO MONTAGNOLLI THOMAZ - SP190172
MARTINA HANNA DO NASCIMENTO EL ATRA - SP380543
AGRAVADO : CONDOMINIO EDIFICIO SOLAR OLIVEIRA DO CONDE
ADVOGADO : ARACY MARIA DE BARROS BARBARA - SP220497

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

CONDOMÍNIO EDILÍCIO Ação de obrigação de fazer Vazamento de água em unidade condominial Prova pericial conclusiva sobre a inexistência atual de qualquer defeito Ausência de liame causal entre a queixa dos autores com causa estrutural do edifício Fato constitutivo do direito dos autores carente de demonstração Improcedência da ação mantida, com readequação da honorária profissional, arbitrada com fundamento nas disposições do art. 85 do CPC Recurso improvido.

A sentença julgou improcedentes os pedidos formulados pelos ora recorrentes na inicial, condenando-os ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados por equidade em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Em sede de apelação, o Tribunal de origem manteve a sentença inalterada, e majorou para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a verba honorária.

No recurso especial, os recorrentes apontam violação aos arts. 11, 85, § 2º, e 489, II, do Código de Processo Civil/2015, alegando que as instâncias de origem não obedeceram a regra de fixação dos honorários advocatícios nos percentuais de 10 a 20%, nos moldes do art. 85, § 2º, do CPC/2015, além de terem dado interpretação diversa das provas produzidas nos autos e pronunciamento judicial sem fundamentação.

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O recurso comporta parcial provimento quanto à fixação dos honorários advocatícios.

Ao manter a sentença que julgou improcedente a ação, e condenou os ora

recorrentes ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, o Tribunal de origem majorou de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a verba fixada com base na equidade.

O acórdão recorrido está em confronto com a jurisprudência do STJ, uma vez que a Segunda Seção desta Corte, nos autos do RESP 1.746.072/PR, decidiu que os honorários advocatícios só podem ser fixados com base na equidade de forma subsidiária. Eis a ementa do julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.
2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).
3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.
4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes

bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019)

Firmou-se o entendimento de que o artigo 85, § 2º, do CPC/2015 veicula a regra geral e obrigatória (ordem de preferência) de que os honorários advocatícios devem ser fixados entre 10% e 20%: (i) do valor da condenação; ou (ii) do proveito econômico obtido; ou (iii), não sendo possível mensurar o proveito econômico, do valor atualizado da causa.

Registrou-se, ainda, que as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade são restritas às causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou quando o valor da causa for muito baixo (CPC de 2015, artigo 85, § 8º).

Assim constou do acórdão proferido no referido julgado:

“a incidência, pela ordem, de uma das hipóteses do artigo 85, parágrafo 2º, impede que o julgador prossiga com sua análise a fim

Superior Tribunal de Justiça

de investigar eventual enquadramento no parágrafo 8º do mesmo dispositivo, porque a subsunção da norma ao fato já se terá esgotado”.

A aplicação da norma subsidiária do artigo 85, § 8º, portanto, só será cogitada na ausência de qualquer das hipóteses do § 2º do mesmo artigo.

No caso, não há possibilidade de que sejam fixados honorários advocatícios com base em equidade, considerando-se a incidência da regra geral (entre 10% e 20%) e da orientação acima.

Quanto ao mais, verifica-se que o Tribunal de origem interpretou as provas contidas nos autos, notadamente a pericial, de forma fundamentada, concluindo que "tanto pela impossibilidade de deferimento do pedido específico formulado inicialmente, dada a inexistência atual de vazamento, como pela ausência de prova de defeito estrutural no edifício, a ação não poderia mesmo ser acolhida" (fl. 656, e-STJ), de sorte que a modificação do acórdão recorrido é providência que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ: *"A pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial"*.

Em face do exposto, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial apenas para fixar os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor dado à causa.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora